

O presidente e os mestres de economia

IGNACIO M. FANGEL

Aceito humildemente a pecha de "incompetente", que S. Excia. o senhor presidente Fernando Collor me distribuiu, no ato de apodarar toda a nossa categoria, os economistas, em longa entrevista ao "Jornal do Brasil", de 16 de setembro último: "São incompetentes. Todos. Não estabeleço nenhuma exceção". Ora, ouvindo o seu discurso, na reunião ministerial de 29 de outubro, não pude deixar de pensar em que a apostrofe presidencial de 16 de setembro não podia ser mais justa. Afinal, para exemplificar, as coisas obviamente errôneas que diz sobre a inflação, podem ser contraditórias — e o são frequentemente — em pronunciamento dos mestres de nossa ciência. Como na entrevista de Edmar Bacha, no mesmo "Jornal do Brasil", de 28 de outubro último.

Não me tenho por "mestre" de economia, mas suponho que, nesse campo, ninguém me negará prolongada vivência. Por ocasião do golpe de estado de 10 de novembro de 1937 — quando nem S. Excia., nem Edmar, ou qualquer dos membros da equipe econômica eram nascidos ainda, eu já estava debruçado sobre esse problema da inflação.

Sabia que os países que hoje classificamos como "centro dinâmico" da economia mundial, com a Europa Ocidental e os EUA à frente, haviam ganho essa posição através de um processo que estudávamos como "revolução democrático-burguesa", que, em sua forma mais condensada nos chegara, pelas mãos de Prestes, no programa da Aliança Nacional Libertadora.

Nas condições da Grande Depressão mundial, queríamos a industrialização do Brasil e, para isso, parecia-nos, aos revolucionários dos anos 30, ser a reforma agrária uma condição incontornável. Foi, para mim, um choque, o chamado "Manifesto dos Generais", de novembro de 1937. Este colocava o problema noutros termos: "industrialização, sim, mas reforma agrária, não".

Isso me teria chegado como mais uma diátribe militar se, na época, não obstante a indigência das contas sociais que tínhamos, comparadas com as de hoje, eu não tivesse começado a sentir que o país já estava próspero e que a industrialização havia começado, anos antes. Sabemos hoje que esse processo, cujas peculiaridades, somente para fins dos anos 40, a Cepal começaria a explicar-nos, estava em marcha desde 1932. Era a "industrialização substitutiva de importações".

Essa forma de industrialização era possível — como pouco a pouco me aperceberia, embora mes-

mo muitos mestres o ignorem ainda — dentro de um enquadramento francamente feudal, isto é, sem a reforma agrária que considerávamos indispensável. Desse enquadramento fazia parte eminentemente o Direito Trabalhista ligado ao nome do avô do nosso atual presidente, Lindolfo Collor. Um direito corporativo e, a esse título, feudal, cuja inspiração próxima fora a "Carta del Lavoro", de Mussolini.

Somente oito anos mais tarde, quando as massas trabalhadoras tomaram as ruas ao grito de "queremos Getúlio", foi que, pelo menos para mim, tornou-se indiscutível, não apenas que a industrialização era possível sem reforma agrária, como que os trabalhadores a queriam.

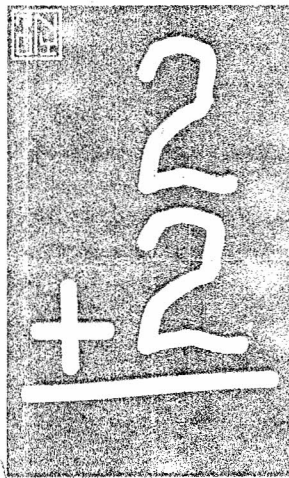
Entretanto, uma industrialização sem prévia reforma agrária não podia passar sem consequências. Foi pela reforma agrária que os países desenvolvidos prepararam a própria industrialização. Esta criava um amplo mercado interno e, retendo no campo parcela importante das massas trabalhadoras, saneava o mercado urbano de trabalho, condicionando assim um aceitável esquema de distribuição da renda. Ora, como seria uma industrialização sem reforma agrária?

Sabemos hoje, ou deveríamos saber, o que nem sempre acontece, mesmo entre os "mestres de economia" — o que deixa S. Excia. à vontade, para ignorá-lo —, que essa industrialização, mesmo quando se faça a taxas médias muito elevadas, como no Brasil, passa por ciclos (aproximadamente decenais) que comportam períodos de alta e períodos de baixa.

Cobria a este vosso ciclodo ("Economia Milagre e Antimilagre", Zahar, 1985) fazer a demonstração de que a inflação sobrevém como uma componente ordinária do movimento recessivo. E como a variável dependente desse movimento conjuntural. Onde se infere a ordem obrigatória de tratamento da matéria: primeiro inverter a conjuntura para, então, com parte dessa inversão, enfrentar o processo inflacionário.

Preparar a retomada do crescimento pela estabilização monetária, simplesmente não faz sentido, mesmo que todos os "mestres", postos em fila, corroborem o mito básico do Plano Collor — e de todos seus predecessores.

Como já sugeria em meu livro "A Inflação Brasileira", de 1963, a inflação ativa-se como um mecanismo muito eficaz de defesa da economia, ao sobrevir a fase recessiva dos ciclos, por efeito do que, desde Keynes,



estudamos com o título de "penalização da liquidez". Noutros termos, o empresariado, nas condições de deliquescente da moeda, promove investimentos que não faria se a moeda fosse estável. Um mecanismo de defesa do organismo econômico, assim como a febre dos organismos vivos, nas condições das moléstias infecciosas.

O verdadeiro combate ao problema conjuntural — inclusive a inflação — tem que fazer-se, obrigatoriamente, por meio de mudanças institucionais que abram novas oportunidades de inversão, promovendo a expansão ou modernização de "setores" (ou grupos de atividades) ainda subdesenvolvidos. Isso tem sobrevivido pontualmente, depois de anos de recessão. Como ensinava Shopenhauer, "a consciência humana só se desperta pela dor". O primeiro lustro do presente decênio (1981-90) foi recessivo, como de hábito, seguindo-se uma retomada, também habitual, no segundo lustro. Uma recessão profunda, na espécie, seguida de uma retomada anêmica, o que se explica, em grande parte, porque todo o ciclo breve (ou decenal) ocorre nos quadros de uma recessão de ciclo longo, de caráter universal, do qual, para a surpresa dos seus planejadores, não escaparam nem os países socialistas; que se supunham acima desses movimentos conjunturais. A soma algébrica dos dois ciclos oferece-nos um quadro perfeitamente inteligível do que nos aconteceu ao "decênio perdido".

O fato de sobrevir a reaceração do processo inflacionário ao abrir-se a fase recessiva dos ciclos não quer dizer que a inflação desapareça inteiramente quando a economia entra em retomada. Essa inflação residual talvez se explique, em parte, pela tara fundamental do regime — o fato de a industrialização fazer-se sem reforma agrária — e, em parte, por certa medida de inercialidade.

Ora, já aprendemos — e este ficará como o mérito essencial dos quatro "planos inerciais", inclusive do atual — que a inércia do processo pode ser quebrada temporariamente, muito temporariamente, embora, por maior que seja o "quantom despicicum", utilizado. Nada mais descabido, do que supor que os trabalhadores se deixarão passivamente esmorecer em áreas de uma improvável estabilização monetária, nem que o empresariado se deixará passivamente levar em massa à falência. Imagine-se que Hitler, em vez de promover trabalho aos 7 milhões de operários desempregados alemães que encontrou o faturamento ao vigoroso empresariado germânico, tivesse prometido mais desemprego e mais falências. Sua trajetória teria sido, por certo, muito mais curta.

De imediato, trata-se de promover mudanças institucionais capazes de criar oportunidades de inversão — o que venho propondo — que se leste nos serviços de utilidade pública, que devem ser privatizados, nos quadros de novo direito de concessão, ordenado em torno da tarifa pelo custo. Al prazo mais longo — mas não muito longo —, será mister tentar uma reforma agrária, pela qual venho pugnando, também, desde que, em 1961, com Milton Campos e Heitor Câmara, fiz introduzir no projeto de lei submetido ao então primeiro-ministro Tancredo Neves o artigo 39.

Como se pode ver, ao criticar S. Excia. o senhor presidente e os "mestres de economia", não estou absolutamente improvisando. Estou oferecendo o produto de meditações que tiveram início num tempo em que quase todos eles não eram sequer nascidos.

Note-se que, quando proponho privatizar serviços de utilidade pública, faço-o porque essas atividades estão subcapitalizadas, o que não acontece com empresas — como a Mensara, supercapitalizada — que o BNDES anda falando em privatizar, e o que seria o caminho mais curto para transferi-las ao setor privado a preço de sucata, com a agravante de que não resolveria nenhuma problema. Outras ressalvas devem ser postas. Em primeiro lugar, não vejo como interessar o setor privado na privatização dos serviços sem criar condições para o levantamento de capitais no mercado; nem como fazer isso sem regenerar o direito real de garantia, ora convertido em letra morta; nem como fazer isso sem o apelo ao tão caudado instituto da indexação.

IGNACIO DE MOURA FANGEL, 76, ex-diplomata, é membro do Conselho Federal de Economia, ex-presidente do Conselho Regional (RJ) e autor do livro "A Inflação Brasileira".